

APRECIACÃO DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO
DA CONFORMIDADE DO ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL
“CORREÇÃO DA E. R. 9-2.ª NO PORTAL DO VENTO”

Documento INT-SRAAC/2021/3352

1. INTRODUÇÃO

O formato digital do Projeto de Execução (PE) “Correção da E.R. 9.2ª no Portal do Vento”, abreviadamente: Correção Portal do Vento (CPV), e o respetivo Estudo de Impacte Ambiental (EIA) deram entrada na Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas (DRAAC) no dia 25 de junho de 2021, com o objetivo de se iniciar um procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) ao abrigo do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010, de 15 de novembro, (Diploma AILA).

Foi aceite pela DRAAC, na qualidade de Autoridade Ambiental, o envio dos documentos apenas em formato digital para os mesmos serem verificados previamente sobre as condições da sua conformidade e só serem impressos quando pudessem então tomar a forma final, reduzindo-se assim o impacte ambiental devido à impressão de documentos antes da sua versão definitiva para a Consulta Pública.

Assim o presente procedimento de AIA teve o início a 28 de junho de 2021, primeiro dia útil após a receção na Autoridade Ambiental dos documentos acima discriminados.

Nos termos das competências definidas pelo Diploma AILA para a DRAAC, esta definiu a Comissão de Avaliação (CA) do EIA à CPV, composta pelos seguintes Serviços cujos representantes foram nomeados pelos respetivos dirigentes:

- Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Divisão de Ação Climática e Avaliação Ambiental (DACAA), que preside a CA, representada por Carlos Faria e Nuno Pacheco;
- Direção Regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Divisão de Fauna e Flora Selvagens (DFFS), representada inicialmente por Maria José Bettencourt em substituição de Paulo Pimentel que integrará posteriormente a CA;
- Direção Regional do Ordenamento do Território e dos Recursos Hídricos, Divisão de Ordenamento do Território (DOT) representada por Ana Rita Dinis;
- Direção Regional do Ordenamento do Território e Recursos Hídricos, Divisão de Prevenção de Riscos Hidrológicos (DPRH), representada por Luís Rodrigues;

- Direção Regional das Obras Públicas e Transportes Terrestres (DROPTT), na qualidade de entidade competente para autorizar o projeto e, neste caso em particular, também proponente do Projeto, representada por Natália Moreira da Silva, para apreciar a informação constante do EIA no que respeita aos aspetos técnicos do projeto;
- Serviços de Ambiente e Alterações Climáticas de São Miguel (SAACSM), representado por Isabel Castanho, como entidade gestora do Parque Natural de Ilha de São Miguel onde a CPV se insere parcialmente.

O empreendimento a construir fica abrangido pelo regime de AIA por se enquadrar na alínea d) do Anexo II do Diploma AILA para áreas sensíveis.

Não foi realizada qualquer deslocação conjunta da CA à área de estudo do EIA, todavia, os representantes das entidades com sede na ilha de São Miguel tiveram a possibilidade de visitar o local de implantação da CPV no caso de necessidade de verificação no terreno dos aspetos descritos no EIA.

A apreciação do EIA no âmbito do presente parecer consistiu na verificação do cumprimento deste face às exigências do seu conteúdo definidas no Diploma AILA nomeadamente a suficiência da informação para avaliar os impactes da CPV e garantir os objetivos da Consulta Pública do presente procedimento de AIA. Este parecer conjunto resultou da análise individual feita pelos vários técnicos da CA e integração dos respetivos contributos viabilizada pelos meios informáticos e de telecomunicações da Administração Regional que asseguraram a cooperação entre todos os seus elementos.

2. APRECIACÃO GENÉRICA DO EIA

O EIA é constituído pelos dois documentos obrigatórios segundo Diploma AILA: o Relatório Técnico (RT) e o Resumo Não Técnico (RNT); bem como dois anexos ao RT um com a matriz de avaliação de impactes e outros com elementos adicionais referentes ao fator ambiental Paisagem.

Na estrutura interna do RT podemos encontrar: a identificação do projeto e a fase em que este se encontra, as entidades envolvidas na elaboração do EIA e no procedimento de AIA, a descrição da CPV, a caracterização da situação de referência na área de estudo, a identificação e avaliação dos impactes associados às fases de construção e de exploração da CPV, a opção da opção zero como alternativa ao projeto, uma listagem de medidas de minimização dos impactes negativos e considerações dos autores resultantes da realização do EIA.

O RNT expõe, de uma forma mais sintética, menos técnica e com uma estrutura semelhante, o mesmo conteúdo do RT.

A CA considera que, estruturalmente, o RT e o RNT seguem as diretrizes do Diploma AILA, ao nível dos conteúdos das várias partes destes documentos a apreciação será feita no pontos seguintes do presente parecer.

3. APRECIACÃO ESPECÍFICA DOS DOCUMENTOS

Neste ponto do parecer efetuam-se apreciações de pormenor da CA ao conteúdo dos vários dos itens constantes nos volumes obrigatórios do EIA.

3.1 – Estudo de Impacte Ambiental – Relatório Técnico (RT)

A numeração exposta em seguida corresponde à utilizada na estrutura do RT.

Capítulo 1 – INTRODUÇÃO

Neste capítulo expõe-se, resumidamente, os objetivos do Estudo, identifica-se o empreendimento em fase de projeto de execução, o proponente e as entidades envolvidas no presente procedimento de AIA, bem como a equipa técnica que elaborou o EIA, e efetua-se o enquadramento do presente procedimento no Diploma AIA além da apresentação da metodologia de trabalho e da estrutura do EIA.

A CA não tem reparos a este capítulo cuja significância justifique serem expostos neste parecer.

Capítulo 2 – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

O RT descreve com detalhe a solução em apreciação, desde a sua localização, características geométricas do traçado e considerações gerais nos vários domínios que integram o projeto, destacando-se que este projeto de correção da ER 9-2ª pretende melhorar a acessibilidade (com proveniência do lado Sul da ilha) à Freguesia das Sete Cidades, mediante a construção de uma variante na zona do Portal do Vento.

Com esta nova variante, a circulação na estrada regional atual deixa de fazer-se com passagem pelo miradouro da Vista do Rei, sendo que este troço da via passará a constituir um acesso local de sentido único. O novo eixo viário a construir terá uma extensão de cerca de 300 m, encontrando-se projetada uma interseção em entroncamento no seu extremo Sul e uma rotunda no seu extremo Norte, para estabelecer ligação à ER 8ª, acesso às Sete Cidades (ER 9-2º Norte), parque de estacionamento e acesso ao

Miradouro. Esta variante permitirá encurtar em cerca de 1900 m a distância a percorrer no acesso às Sete Cidades.

Sendo uma intervenção curta, o domínio das terraplenagens assume relevância dado que se prevê a geração de 37.220 m³ de materiais escavados, sendo expectável que 35.360 m³ sejam transportados a vazadouro e que apenas 1.860 m³ possam ser utilizados como material de aterro na própria obra.

Para a realização dos aterros estima-se um volume 4.995 m³ de materiais provenientes de mancha de empréstimo, prevendo-se a necessidade de recorrer a materiais seleccionados, pouco sensíveis à água, como o caso da bagacina, uma vez que as características dos solos provenientes das escavações desaconselham a sua utilização.

Esta gestão dos materiais de escavação afigura-se correta, dada a experiência que se dispõe de outras obras, face às características geológicas e geotécnicas dos materiais presentes no local.

A CA não apresenta nenhuma proposta de correção a este capítulo do EIA.

Capítulo 3 – CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO DE REFERÊNCIA

Neste capítulo, o RT identifica os fatores ambientais que serviram de base à caracterização da situação de referência e expõe o critério da definição da área âmbito de estudo utilizada para cada um em função da sua suscetibilidade de ocorrência de impactes devidos ao projeto.

A seguir efetua-se uma apreciação por fator ambiental, tendo a abordagem a cada um destes no presente parecer sido distribuída em função das competências específicas dos Serviços que os técnicos representam. Assim, este ponto integra contributos com origens distintas que podem utilizar metodologias de análise distintas, que se refletem em diferenças de pormenor de apreciação e tolerância às imperfeições no RT.

Clima – A caracterização inicia-se com uma classificação genérica do clima dos Açores: temperado tipo C na classificação de Köppen.

Segue-se a exposição dos parâmetros climatológicos medidos na estação de Ponta Delgada, a mais próxima da CPV, complementada da extrapolação desses mesmos valores para a zona de implantação de PE, estes com base na estimativa recolhida de imagens apresentadas no RT para a ilha de São Miguel com implantação em cartas de variação espacial dos mesmos e elaboradas no âmbito do projeto de investigação climática e modelação geográfica: CLIMAAT.

A CA considera suficiente os elementos apresentados no RT para a caracterização do clima.

Geologia e Geomorfologia – Após a informação da origem vulcânica da ilha de São Miguel, o RT identifica os sistemas vulcânicos reconhecidos nesta ilha, especifica que a implantação do projeto ocorre no Complexo Vulcânico das Sete Cidades, caracteriza o seu tipo de evolução e atividade eruptiva responsável pelos depósitos pomíticos onde a CPV irá assentar, com características geotécnicas brandas.

Prossegue com a identificação das Unidades Geomorfológicas da ilha, situando-se o projeto no Maciço Vulcânico das Sete Cidades, na vertente sul deste edifício junto à cumeeira da caldeira, com declives que vão de um pouco menos de 15° no local da rotunda até um pouco acima do 30° na ligação à E.R. 9-2ª.

Além da identificação de uma provável falha oculta na zona, é reconhecido o risco sismovulcânico e de movimentos de massa devido às características dos pomitos da zona que podem ocorrer sobretudo associados a sismos, chuvas intensas e erosão.

A CA considera que a caracterização apresentada não só permite avaliar os riscos a que o projeto está exposto como determinar os principais impactes que este pode provocar neste fator ambiental pelo que considera suficientes os elementos fornecidos face às necessidades do presente procedimento de AIA.

Recursos hídricos - No que respeita aos recursos hídricos superficiais, o RT faz o enquadramento da área no contexto dos recursos hídricos da ilha referindo e caracterizando sucintamente as duas bacias hidrográficas na zona do projeto: a bacia da Grota da Baldaia e a bacia da Lagoa Verde das Sete Cidades.

Da análise da tabela 3.6 verifica-se que os tempos de retorno para estudos deste tipo incidem sobre os tempos de retorno de 2, 5 10, 20 50 e 100 anos e não sobre 25 anos, ou seja, fazem-se os estudos para tempos de retorno de 2, 5 e 10 anos e os seus múltiplos (x10).

Ainda do mesmo gráfico verifica-se que os caudais estimados para os diferentes períodos de retorno, para a bacia hidrográfica da Grota da Baldaia estão dentro da norma e que os caudais calculados para a bacia hidrográfica da Lagoa Verde estão mais de 20 vezes acima do caudal esperado para aquela bacia. Isto deve-se ao facto do relatório considerar o contributo de toda a área que drena para a Lagoa Verde quando na realidade a área drenante afetada pelo projeto é de 0.25 km².

No que se refere à hidrologia e recursos hídricos subterrâneos, o RT faz um bom enquadramento da área no contexto dos recursos hídricos subterrâneos.

A CA considera esta avaliação da situação de referência correta, com a exceção apontada.

Solos – É feita uma caracterização pedológica sobre a origem e as características físicas e químicas dos solos nos Açores. No local dominam andossolos insaturados normais provenientes de piroclastos traquíticos, em termos da sua capacidade de uso, após a descrição dos critérios de classificação deste parâmetro o RT informa que na totalidade da área de estudo os solos são das classes VI e VII, ou seja, não aráveis, com potencial para pastagem natural e/ou floresta e de reserva natural respetivamente suscetíveis, à erosão, que pode ser muito alta na zona sudeste da implantação da CPV, e ao escoamento superficial como fatores dominantes de limitação destes.

O EIA apresenta uma análise ao nível da Carta de Ocupação do Solo dos Açores 2018 (COS.A/2018), localizando-se a área de estudo em “prados/pastagem”, “floresta de folhosas” e “galerias ripícolas”.

Nesta capítulo sugere-se, apenas, a reformulação da frase “A classe territórios artificializados (6,02%), onde se inclui a subclasse ~~áreas de extração de massas minerais~~, apresenta também na ilha de São Miguel uma ocupação superior à média da RAA (Tabela 3.10).” para “A classe territórios artificializados (6,02%), onde se inclui a subclasse redes viárias e espaços associados, apresenta também na ilha de São Miguel uma ocupação superior à média da RAA (Tabela 3.10).”

Ecologia - O Relatório Técnico (RT) no enquadramento apresenta o número de taxa conhecidos publicados para os Açores e para a ilha de São Miguel, segundo Borges *et al.* (2010). A seguir, com recurso a texto e tabelas, apresenta a metodologia para a identificação dos habitats, levantamento florístico e faunístico presentes na área de estudo, com localização e identificação dos transectos realizados para deteção de mamofauna e herpetofauna e dos pontos de escuta realizados para identificação da avifauna e para a análise das espécies de fauna e flora identificadas quanto à origem e aos respetivos estatutos de proteção e/ou conservação, quando aplicável.

Expõe o quadro legal que em algumas situações se verifica não estar atualizado, nomeadamente Convenções de Berna e de Bona, Convenção sobre o Comércio Internacional de Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção. Embora esta lacuna não comprometa a avaliação adequada dos impactes do projeto, importa colmatar.

Com recurso a texto e fotos o RT identifica e caracteriza os três tipos de habitats mais significativos que ocorrem na área de estudo, designadamente Floresta (mista e de produção), Pastagens seminaturais e Matos baixos, habitats com uma predominância de espécies de exóticas e/ou invasoras. Identifica ainda um total de 56 taxa, dos quais nove são endémicos dos Açores, 10 são nativos, 13 são invasores e os restantes são introduzidos e apresenta a listagem total organizada por ordem alfabética.

Em relação à espécie endémica *Prunus azorica* não a identifica como constante nos Anexos da Diretiva Habitats e Berna. Esta falha não compromete a avaliação adequada dos impactes do projeto, no entanto importa rever a tabela.

O RT identifica na área de estudo nove taxa do grupo avifauna, comuns e abundantes no arquipélago dos Açores e um taxa do grupo herpetofauna. Todavia, apresenta, para além da listagem das espécies faunísticas identificadas aquando do trabalho de campo, aquelas cuja ocorrência na área de estudo é provável.

Em relação à mamofauna o RT identifica como de ocorrência provável a espécie *Myotis myotis* (Morcego-rato-grande). No entanto, importa rever esta situação por ser improvável a sua ocorrência nos Açores, uma vez que foram apenas encontrados crânios desta espécie na ilha Graciosa e a sua presença atual continua por confirmar.

Na Tabela 3.15 | Listagem de espécies faunísticas identificadas e prováveis de ocorrer na área de estudo, a coluna dos Instrumentos legais carece de revisão para complementar e ainda para corrigir algumas imprecisões como, por exemplo, para as aves indicar Diretiva Habitats.

A CA considera que, apesar dos aspetos apontados, a caracterização apresentada permite avaliar adequadamente os impactes resultantes da implementação do projeto.

Paisagem – No capítulo 6.3 Paisagem, o RT descreve um conjunto de conceitos para caracterizar este fator ambiental, com uma abrangência superior à dos restantes descritores. Considera-se que a caracterização é suficiente para os objetivos da avaliação em curso, uma vez que o EIA faz uma caracterização ao nível das unidades de paisagens, concluindo que a correção da Estrada Regional se localiza nas Unidades de Paisagem SM5 - Sete Cidades e SM6 - Encosta da Candelária.

Além disso, é realizada uma análise ao nível da qualidade e acessibilidade visual, referindo que a área do projeto não possui muitas áreas vulneráveis à presença de novos focos de intrusão visual, uma vez que o relevo, muitas vezes encaixado, dificulta a ocorrência de planos de grande abertura visual para o observador.

Realizada a ponderação entre a qualidade visual com a capacidade de absorção, o RT conclui que a área de influência visual do projeto apresenta uma sensibilidade visual reduzida, e como tal, uma elevada Capacidade de Absorção.

Considera-se que a caracterização deste descritor foi efetuada com a profundidade adequada para permitir avaliar adequadamente os impactes resultantes da implementação do projeto na Paisagem.

Ambiente sonoro –Após a apresentação do quadro legal de referência para caracterizar este fator ambiental os autores realizaram medições no único ponto sensível identificado na área de estudo a 850 m da CPV, o miradouro da Vista do Rei cujos resultados são apresentados no RT. A CA considera suficiente a caracterização efetuada.

Qualidade do ar –O RT começa por descrever a metodologia adotada, a partir da consulta dos dados da estação da Qualidade do Ar no Faial que serve de referência deste fator para os Açores e a de Ponta Delgada como representativa para urbana de fundo e a mais próxima do CPV, que corresponderia ao pior cenário dado o seu enquadramento geográfico em meio urbano. Seguem-se informações básicas ao nível de identificação dos principais gases poluentes as suas fontes principais e efeitos, bem como o quadro legislativo de referência e critérios definidos para caracterizar este fator ambiental. Depois apresenta as características das estações de monitorização da qualidade do ar utilizadas no EIA e os dados recolhidos na estação do Faial para o Dióxido de Azoto, as Partículas PM₁₀ e PM_{2,5}, o Dióxido de Enxofre e o Ozono no ano de 2019 de onde não se detetaram excedências e de onde resultou a classificação do índice da qualidade do ar de “Bom”, sendo o ozono o poluente determinante por ter o pior índice.

No que se refere à estação da Ponta Delgada, ocorreu 1 excedência em PM₁₀, associada a poeiras do Saara, num total de 35 permitidas legalmente, pelo que em termos de índice de qualidade do ar para ambiente urbano a classificação foi de “Muito Bom”. Esta caracterização termina com a identificação da fonte poluente principal e da presença de um recetor sensível na área de estudo.

A CA considera suficiente a caracterização apresentada no RT para os fins pretendidos no presente procedimento de AIA dada as características do Projeto.

Gestão de Resíduos – O RT apresenta os principais operadores licenciados em matéria de gestão de resíduos na ilha de São Miguel bem como o quadro legal que serve de referência a

este fator ambiental nos Açores, fazendo um enfoque especial nos resíduos de construção e demolição e óleos usados devido à sua importância relativa no âmbito do projeto em avaliação. Segue-se uma descrição das tendências quantitativa de produção dos 2 tipos de resíduos mencionados entre 2016 e 2019 inclusive ao nível Regional e ilhas do grupo oriental dos Açores, os óleos não incluindo dados de 2016. Para os objetivos do procedimento considera-se suficientes os elementos apresentados.

Condicionantes e Ordenamento do território – Para o fator ambiental Condicionantes e Ordenamento do Território é feito um enquadramento no âmbito das Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública (SARUP) e dos Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) em vigor na área de estudo.

Importa salientar que o projeto está sujeito a parecer por parte da Câmara Municipal de Ponta Delgada, no âmbito da aplicação do seu Plano Diretor Municipal, e da entidade com competências em matéria da servidão aeronáutica do Aeroporto João Paulo II.

Pág. 101 | Informa-se que a tipologia de RE Escarpas e áreas com risco de erosão corresponde atualmente a Áreas de elevado risco de erosão hídrica do solo e a Áreas de instabilidade de vertentes, conforme definido no RJREN, pelo que se sugere que seja efetuado o enquadramento nestas áreas.

Pág. 105 | Na tabela 3.46, e dado que é efetuada a análise aos movimentos de vertente num capítulo anterior, julga-se pertinente que o Programa Regional para as Alterações Climáticas seja considerado como IGT com aplicação específica ao presente projeto, sendo necessário o seu enquadramento.

Pág. 107 | Sugere-se a reformulação da frase “De acordo com a planta síntese do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades aplicam-se à área do projeto Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública, já analisadas no capítulo 3.10.2.” para “De acordo com as plantas de condicionantes do Plano de Ordenamento da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Sete Cidades aplicam-se à área do projeto Servidões Administrativas e Restrições de Utilidade Pública, já analisadas no capítulo 3.10.2.”.

Socioeconomia – O RT começa por focar que embora o projeto esteja implantado entre as freguesias da Candelária e das Sete Cidades num local de grande afluxo turístico, a caracterização não se pode limitar a estas, sendo bem mais extensa. Em seguida são apresentados dados estatísticos de nível regional, ilhas e descendo aos municípios de São Miguel e às freguesias citadas de âmbito demográfico, para depois se concentrar a caracterizar

o tecido empresarial no concelho de Ponta Delgada em comparação com São Miguel e o afluxo de turismo, bem como identificação de estruturas de interesse social, turístico, industrial e comercial na envolvente da CPV.

A CA considera que os aspetos mais importantes para caracterizar este fator face às necessidades deste procedimento de AIA parecem suficientes.

Património – Neste fator ambiental o RT começa por descrever a metodologia de levantamento de matéria relevante em termos de Património construído, depois refere que o imóvel mais próximo com estatuto de classificado é um moinho e dista de 3km.

Tendo em atenção as características da zona de estudo, a CA considera suficiente a caracterização apresentada.

Capítulo 4 – IDENTIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DE IMPACTES

Neste capítulo do RT, identificam-se e avaliam-se os potenciais impactes ambientais resultantes da execução do Projeto, assume-se que não se prevê a desativação da CPV pelo que não se aprecia a fase de demolição.

Prossegue com a listagem das ações associadas às fases de construção e exploração geradoras de impactes sendo depois expostos os critérios e parâmetros de avaliação dos impactes resultantes das atividades mencionadas.

Para a generalidade dos fatores avaliados não são usados métodos de modelação matemática na caracterização e valoração dos impactes prospetivados que são depois expostos de forma sintética numa matriz no Anexo I do EIA.

Por norma, a CA não comenta no parecer de apreciação da conformidade do EIA a classificação e valoração dos impactes listados para não influenciar a discussão e participação de eventuais interessados na consulta pública, exceto se ocorrerem erros evidentes ou graves que podem afetar as conclusões do procedimento ou perturbar a leitura deste capítulo.

Assim e tendo em conta a exceção considerada, a CA faz as apreciações abaixo:

Uma vez que se está em fase de projeto de execução a CA considera que o EIA deveria identificar a área (ou possíveis áreas) para a instalação do estaleiro da obra e incluir os impactes decorrentes da sua instalação dada a dimensão e natureza do projeto em análise.

Clima – Não são prospetivados impactes com significância suficiente sobre o clima para ser mencionados no EIA. A CA nada tem a comentar sobre esta dedução do EIA.

Geologia e Geomorfologia – O RT evidencia as alterações morfológicas associadas às escavações e aterros, estima volumes de materiais geológicos a movimentar e as consequentes necessidades de recursos geológicos ou de deposição em vazadouro.

A CA não tem outros aspetos a referir para este fator na atual fase do procedimento de AIA.

Recursos hídricos – O RT contém informações suficientes para se avaliar convenientemente os impactes na qualidade das águas subterrâneas e superficiais no Portal do Vento em consequência dos trabalhos de construção nas diferentes fases em terra e no enrocamento.

Solos – O RT não só identifica os potenciais impactes pedológicos como na Ocupação do Solo.

Em matéria de características pedológicas e de ocupação do solo a CA nada tem a referir.

Ecologia – O RT identifica os impactes expectáveis sobre a Ecologia, nas fases de construção e de exploração e, em tabela, apresenta propostas de medidas de minimização, pelo que a CA considera que o RT apresenta a informação necessária.

Paisagem – O RT apresenta uma análise da visibilidade do projeto assente na disrupção visual da linha de horizonte do observador, pelo que a CA considera que o RT apresenta a informação necessária de modo a avaliar-se adequadamente os impactes na Paisagem.

Ambiente sonoro – Mesmo sem quantificar o número de equipamentos envolvidos nem o tempo de funcionamento, o RT identifica a tipologia de máquinas envolvidas como fontes de ruído neste tipo de obras de construção e previstas utilizar neste Projeto, bem como apresenta em quadro as respetivas médias de potência elétrica e níveis de potência sonora admissíveis em dB(A), a que se associa ainda o ruído e assim perspetiva qualitativamente o impacto na fase de construção.

Para a fase de exploração, o RT estima a perspetiva de tráfego médio horário em veículos ligeiros e ‘pesados e introduz esses dados num programa informático de cálculo que considera a modelação do terreno que permitiu a elaboração de mapas de níveis sonoros com isofónicas e determinados os L_{den} e L_n previsíveis que serão respetivamente inferiores a 60 dB(A) e 45 dB(A) na envolvente próxima do projeto a que se associa a redução do tráfego junto ao único recetor sensível da área de estudo, o miradouro a Vista do Rei, onde ocorrerá uma melhoria dos níveis sonoros face à situação de referência.

A CA considera que a análise deste fator foi trabalhada com recurso a modelação matemática resultando numa avaliação de impactes de modo quantitativo e adequada às necessidades, na fase de exploração, a mais extensa do horizonte de avaliação.

Qualidade do ar – Apesar de não haver avaliações quantitativas o RT identifica os previsíveis impactes na qualidade do ar associados a obras de construção da tipologia deste Projeto como emissões de poeiras, que ficariam circunscritas à envolvente próxima da CPV e das vias de circulação dos camiões para a deposição ou obtenção de terras e emissões de gases com efeitos estufa, sem nunca serem geradores da ultrapassagem dos níveis da qualidade do ar definidos legalmente.

O RT refere que como se trata de uma correção sobre um traçado existente, apenas ocorrerá uma redução de percursos com o desvio à Vista do Rei sem aumento de fluxos de tráfego, pelo que no conjunto resultará uma diminuição das emissões dos gases de combustão associada a esta circulação viária.

A CA considera suficiente os elementos apresentados para o presente fator ambiental neste ponto do RT.

Gestão de Resíduos – Neste ponto do RT estão identificados os principais tipos de resíduos que se espera produzir durante a fase de construção, com destaque para os Resíduos de Construção e Demolição e os perigosos associados à fresagem e remoção de pavimentos existentes.

A CA apenas tem a referir que em caso de conformidade do EIA irá solicitar a auscultação dos serviços regionais competentes em matéria de gestão de resíduos.

Condicionantes e Ordenamento do território – O RT avalia os impactes do projeto tanto na fase de construção como de exploração, sendo que se considera que os mesmos são adequados.

Socioeconomia – O RT prevê impactes tanto ao nível de constrangimentos associados à via existente e eventual criação de postos de trabalho durante a construção. Para fase de exploração, os impactes são todos positivos e relacionam-se com as condições criadas com a melhoria de acessibilidade entre as localidades envolvidas e na fruição do miradouro da Vista do Rei.

A CA considera que não tem outros aspetos a focar neste ponto.

Património – O RT não identifica impactes sobre o Património.

Capítulo 5 –ALTERNATIVAS AO PROJETO

No presente capítulo é assumida a inexistência de alternativas, mas baseado na exigência legal proveniente do Diploma AILA de o EIA ter de conter soluções alternativas, no mínimo a ausência de intervenção, este apresenta uma tabela onde compara o cenário das perspectivas resultantes dos impactes provenientes da execução do projeto com a evolução das tendências atuais sem a CVP.

A CA considera que o EIA poderia ter aprofundado melhor esta comparação, este capítulo evidencia que surge apenas para cumprimento mínimo de uma imposição legal.

Capítulo 6 – MINIMIZAÇÃO DE IMPACTES

O RT apresenta uma tabela com uma lista de medidas que propõe para minimizar os impactes antes perspectivados no documento e avaliados pelos autores do EIA, com referência aos fatores sobre os quais elas reduzem efeitos negativos e todas para a fase de construção.

A CA pelo motivo já antes exposto para a avaliação dos impactes, por norma, não comenta a adequação de cada medida proposta nesta fase do procedimento de AIA, exceto quando ocorrem disfunções graves. Apesar do acima exposto, a CA é de parecer que para uma fase de projeto de execução as medidas poderiam ter um grau de pormenorização maior.

Capítulo 7 – PROGRAMA DE MONITORIZAÇÃO

Apesar do título, o RT apenas apresenta os princípios de monitorização associados ao regime de AIA, mas não propõe qualquer programa de monitorização. Depois, esclarece sobre a possibilidade de a Autoridade Ambiental considerar pertinente a implementação de algum programa de acompanhamento e a estrutura que este deverá seguir na sua definição.

A CA verifica que este capítulo se limitou a falar sobre orientações genéricas seguidas nestes casos sem nada de concreto específico para o projeto em avaliação.

Capítulo 8 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo o RT apresenta uma síntese das características do projeto, dos trabalhos associados e dos impactes estimados, destacando os aspetos que os autores do estudo consideram mais significativos no EIA.

À semelhança do referido anteriormente em matéria de significância dos impactes a CA não emite opiniões sobre as considerações apresentadas no presente capítulo do RT.

3.2 – ESTUDO DE IMPACTE AMBIENTAL - RESUMO NÃO TÉCNICO - RNT

Na sua estrutura, a CA verifica que o RNT procura transmitir de uma forma resumida o conteúdo do RT, abordando os mesmos aspetos. Apesar de ter um texto extenso, este volume não enferma de falhas que comprometam o seu conteúdo na disponibilização para a Consulta Pública.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS E DELIBERAÇÕES DA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

Após a leitura dos documentos recebidos, esta Comissão de Avaliação considera o seguinte:

- A descrição do projeto “Correção da E.R. 9.2ª no Portal do Vento”, dos objetivos deste e a caracterização da situação de referência no Relatório Técnico e Resumo Não Técnico do Estudo de Impacte Ambiental apresenta-se com um grau de profundidade e correção suficiente que permite aos interessados compreender a intervenção e os seus efeitos na área de estudo;
- Em vários fatores ambientais foram detetados nos documentos que compõem o Estudo de Impacte Ambiental algumas desatualizações, incorreções de enquadramento ou de designação de classificação de espaços, de terminologia e ainda imperfeições de pormenor técnico que se encontram identificadas ao longo do presente parecer, contudo nenhuma destas é de molde a comprometer a avaliação dos impactes do projeto sobre os descritores onde ocorrem, nem os objetivos da Consulta Pública a implementar no âmbito do presente procedimento de AIA;
- Ao nível dos impactes perspectivados pelos autores do Estudo de Impacte Ambiental, esta Comissão de Avaliação verifica que para alguns dos fatores avaliados não foram usados métodos de modelação matemática na sua caracterização e valoração, contudo no conjunto não foram detetados erros evidentes e graves que possam afetar a avaliação dos efeitos do projeto e as conclusões do procedimento, assim e tendo em conta que para não influenciar a participação de eventuais interessados na Consulta Pública esta Comissão apenas comenta em pormenor os após o período Participação Pública do presente procedimento de AIA, situação que também é extensiva às medidas de minimização apresentadas, considera-se que existem elementos suficientes para os documentos serem disponibilizados à população;

- Face às condicionantes que recaem sobre o local de implantação do projeto em avaliação, decorre a necessidade de auscultar as seguintes entidades: a Câmara Municipal de Ponta Delgada, no âmbito da conformidade com o instituído no Plano Diretor Municipal, e a entidade com competência em matéria de servidão aeronáutica do Aeroporto João Paulo II, a Agência Nacional de Aviação Civil.

Assim, face às considerações atrás expostas, esta Comissão de Avaliação delibera propor à Autoridade Ambiental a emissão de declaração de conformidade do Estudo de Impacte Ambiental apreciado, condicionada à entrega na Autoridade Ambiental dos quatro exemplares em suporte de papel destinados à Consulta Pública dos seguintes documentos: Relatório Técnico, Resumo Não Técnico e Projeto de Execução num prazo de 20 dias úteis a contar da data da receção no proponente do presente parecer, sob pena deste procedimento de AIA não prosseguir nos termos do número 4 do artigo 37.º do Decreto Legislativo Regional n.º 30/2010/A, em caso de não envio atempado de um pedido de prolongamento delimitado do tempo concedido e devidamente fundamentado pelo proponente à Autoridade Ambiental, ficando entretanto suspenso presente procedimento de AIA, aceitando-se reduções de cartas e mapas até à dimensão de folha de papel A3, ficando o presente procedimento de AIA suspenso até à receção da documentação solicitada.

Igualmente esta Comissão é de parecer que nos locais de disponibilização pública do Estudo de Impacte Ambiental e do Projeto de Execução estes também estejam acompanhados do presente documento de modo aos interessados terem acesso à informação de apreciação do EIA e das imperfeições entretanto detetadas.

Em paralelo deverá ser remetido o Estudo de Impacte Ambiental e o Projeto de Execução em suporte informático às entidades identificadas com competência para apreciação do projeto no âmbito das respetivas competências.

Horta, 4 de agosto de 2021

P'la Comissão de Avaliação



Carlos Faria/Nuno Pacheco

Paulo Pimentel/Maria José Bettencourt (em substituição)

Ana Rita Dinis

Luís Rodrigues

Isabel Castanho

Natália Silva